

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Arábia Saudita¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

O Reino da Arábia Saudita é o maior Estado árabe na região do Golfo Pérsico. Com outros estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo, o rápido crescimento econômico da Arábia Saudita contribuiu para avanços sociais significativos. O país alcançou a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto, de 0,847, — o segundo mais alto da região, depois do Qatar. Apesar do progresso considerável, disparidades regionais e de gênero são preocupações sociais importantes que ainda precisam ser resolvidas. A população total da Arábia Saudita é de 32,2 milhões de pessoas, das quais 9,6 milhões (29,8 por cento) são menores de 18 anos e 2,9 milhões (9,2 por cento) são crianças de 0 a 5 anos. Em 2016, trabalhadores migrantes e suas famílias, assim como as comunidades de refugiados sírios e iemenitas, representavam um terço da população do país (11,7 milhões de pessoas).

A recente queda dos lucros da venda de petróleo, como consequência da crise global, impulsionou a Arábia Saudita em direção a uma série de reformas. A *Saudi Vision 2030* introduziu um conjunto de planos para aumentar as oportunidades econômicas e melhorar a proteção social, visando aliviar o impacto de reformas ao sistema subsídio à energia. Apesar disso, a limitada disponibilidade de dados sobre a pobreza na Arábia Saudita é ainda uma barreira importante para o desenvolvimento de programas que respondam às necessidades da população: o país não tem uma linha da pobreza oficial, o que é crucial para o monitoramento e a avaliação das políticas de assistência destacadas na *Saudi Vision 2030*. Trabalhadoras domésticas migrantes e outros imigrantes estão os mais propensos a estar em grupos vulneráveis na sociedade saudita. Ainda assim, raramente são considerados em intervenções do governo.

A Arábia Saudita tem um Sistema de segurança social bem estabelecido, que abrange dois fundos de seguridade social disponíveis para empregados dos setores público e privado. Educação e atendimento à saúde são fornecidos gratuitamente, apesar de análises recentes mostraram que crianças não sauditas ou crianças sem autorização de residência enfrentem desafios para o acesso à saúde gratuita e à educação em escolas públicas. Para mulheres, especialmente adolescentes e jovens adultas, os desafios persistem: baixos níveis de emprego tornam o acesso à seguridade social mais difícil, e a taxa de desemprego dos jovens é significativamente mais alta entre mulheres (58 por cento) que entre homens (22 por cento). Como o governo visa acelerar a retirada de subsídios à energia e à água, as autoridades públicas identificaram a necessidade de fornecer um sistema de apoio social mais abrangente para as famílias sauditas de baixa renda.

Em 2016, os Ministérios do Trabalho e de Assuntos Sociais foram fundidos, e a nova entidade é líder quando se trata de assistência social no país. Previamente, em 2006, uma lei de seguridade social introduziu o *Supplementary Support Programme (SSP)*, um programa de assistência financeira para famílias pobres, órfãos, pessoas com deficiências, pessoas idosas (se não tivessem direito a uma aposentadoria) e famílias sem apoio. Só cidadãos sauditas com residência permanente no país são elegíveis, e o nível do benefício é calculado com base na composição da família (esposas e crianças). As transferências são limitadas a SAR 5.000, para uma família de 15 membros. Além disso, famílias de baixa renda também são elegíveis para um pagamento único limitado a SAR 30.000. As transferências de renda para ambos componentes do programa atualmente beneficiam 877.000 famílias, alcançando 2,4 milhões de pessoas no país. De acordo com dados de 2013 (*Household and Expenditure Household Survey*), o gasto médio mensal na região administrativa de Riyadh é de SAR 18.470, para uma família de 6,9 membros. Apesar de os dados não serem desagregados por renda, os níveis de benefício do SSP contrastam com os níveis médios de despesa, o que sugere que os benefícios do programa podem ser insuficientes para atender às necessidades básicas das famílias.

A *Saudi Vision 2030* visa integrar o Sistema de assistência social de Arábia Saudita ao *Citizen's Account Programme*, a nova estratégia do país para lidar com a pobreza e a vulnerabilidade. Além da meta geral de



melhorar a coordenação de saúde, moradia, educação, segurança social e sistemas de desenvolvimento social, o governo anunciou a introdução de um benefício para as famílias para compensar as reduções dos subsídios universais à energia e à água, planejadas para 2017-2020. Todos os beneficiários do SSP são automaticamente elegíveis para o novo programa, e novos membros serão avaliados de acordo com a composição da família e a renda. O programa será lançado antes que ajustes de preços sejam feitos.

Em 2009, o governo estabeleceu o *Hafiz*, um programa mensal de assistência financeira para apoiar cidadãos sauditas entre 20-34 que busquem emprego. O apoio é fornecido por até um ano, condicional à participação em sessões de treinamento e entrevistas de trabalho. Em 2012, mais de 1 milhão de sauditas beneficiaram-se do *Hafiz*, dos quais mais que 80 por cento eram mulheres.

Ainda, o programa de alimentação escolar (*National School Feeding Programme*) beneficia crianças em escolas públicas e alcançou 2,1 milhões de alunos em 2011. Organizações de caridade apoiadas por doações públicas e privadas também são fontes relevantes de assistência social, cobrindo nacionais e imigrantes. Em 2016, o governo saudita forneceu SAR 500 milhões para instituições não governamentais e religiosas.

Como descrito anteriormente, a *Saudi Vision 2030* propõe medidas que, se implementadas efetivamente, podem melhorar o bem-estar dos membros mais vulneráveis da sociedade, incluindo crianças. Apesar disso, os mecanismos de proteção social e antipobreza enfrentam importantes desafios, como disponibilidade limitada de dados e seu impacto sobre a eficiência de focalização de programas. Finalmente, a fragmentação de diferentes iniciativas governamentais, o monitoramento e os instrumentos de avaliação limitados e a provisão restrita de serviços para não nacionais são questões proeminentes que precisam ser tratadas.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILLO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.